

POBREZA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DA REGIÃO NORTE

Nathana Jéssica PEREIRA¹
Kellen Rocha de SOUZA²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a pobreza na macro região Norte do estado de Minas Gerais, subdividida em quatro mesorregiões, sendo elas o Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, pois apesar do estado apresentar altos índices de desenvolvimento econômico comparativamente aos demais estados do país, sua macro região norte apresenta índices altos de pobreza. Além disso, esta pesquisa busca também identificar os principais agravantes naquela região, usando como principal fonte de dados a plataforma do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) da Fundação João Pinheiro (FJP). Para uma melhor análise, foram pesquisados dados referentes à educação, saneamento básico e renda, de maneira a identificar o percentual de municípios em cada mesorregião que se encontram em situação preocupante quanto ao nível de pobreza. A partir disso, tal como esperado, encontrou-se como resultado um nível alto de pobreza na região Norte de Minas, na qual não são garantidos à grande parte da população itens básicos para a sobrevivência, como serviço de esgotamento sanitário, banheiro, acesso à escolaridade, entre outros. Dessa forma, ficou evidente que a região não é atendida com tais itens básicos dificultando assim o desenvolvimento socioeconômico da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza multidimensional. Norte de Minas. Pobreza em Minas Gerais. Desigualdade. Necessidades básicas.

INTRODUÇÃO

Segundo estado mais populoso do Brasil, com população estimada de 21,16 milhões de habitantes em 2019, atrás, portanto, somente do estado de São Paulo (45,9 milhões) e quarto maior do país em extensão territorial³, Minas Gerais possui as principais reservas de minerais metálicos e não metálicos do país. Além disso, as bacias hidrográficas existentes fornecem condições para a construção de usinas hidroelétricas de forte impacto na geração de riquezas, completa Romero (2006).

¹ Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Varginha – MG – Brasil. Bacharela em Ciência e Economia. nath.pereira27@gmail.com.

² Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Varginha – MG – Brasil. Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade de São Paulo (Usp), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba – SP – Brasil. Doutora em Economia Aplicada. kellen.souza@unifal-mg.edu.br.

³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em: 31 Ago. 2019.

Com uma economia bastante desenvolvida, Minas Gerais conta com uma agropecuária moderna e um parque industrial diversificado, mas é caracterizado também pelas diferenças entre suas regiões, onde cada uma apresenta um tipo de atividade econômica distinta. Todavia, existe uma disparidade socioeconômica evidente entre as mesorregiões, na qual uma parte identificada na região Norte do estado apresenta um baixo nível de desenvolvimento econômico e é marcada pela pobreza, enquanto as demais localidades do estado apresentam melhor desempenho econômico e vem se desenvolvendo cada vez mais.

Distintas são as definições de pobreza sendo que, de acordo com Hagennars e De Vos (1988), existem três categorias que incorporam todas as definições de pobreza, sendo elas: pobreza absoluta (ter menos que um mínimo objetivamente definido), pobreza relativa (ter menos do que outros na sociedade) e pobreza subjetiva (sentir que não possui o suficiente para se relacionar em sociedade). Partindo desses pressupostos, o presente trabalho tem como propósito analisar a macrorregião Norte do estado de Minas Gerais em relação à pobreza existente, verificando indicadores primários importantes para o desenvolvimento de qualquer região e com base nos resultados obtidos discutir os principais agravantes da pobreza existente nas mesorregiões que a compõe.

Para tal, o presente artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira delas apresenta o referencial teórico onde são expostas as definições de pobreza abordadas pela literatura e também a situação do Brasil e de Minas Gerais nesse cenário utilizando tais conceitos. Na seção seguinte é explicitada a metodologia adotada e os indicadores utilizados para análise na presente pesquisa. A terceira seção apresenta os resultados obtidos e faz as discussões acerca do tema. E, por fim, na última seção são apresentadas as considerações finais.

DEFINIÇÃO DE POBREZA E SUAS ABORDAGENS

A definição de pobreza possui diversas possibilidades e não pode ser definida de uma forma única e universal, todavia, pode-se afirmar que se refere a condições

de carência na qual os indivíduos não são capazes de manter um padrão mínimo de vida estabelecido no contexto em que estão inseridos. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

De acordo com Kageyama e Hoffmann (2006), a noção de pobreza está relacionada a algum tipo de privação, podendo ser somente material ou com a inclusão também de elementos de ordem cultural e social. Dentre os tipos de privações, segundo Sen (2013), podem-se incluir as relacionadas a variáveis como: exclusão social, baixo nível de instrução, desemprego e doenças; e não necessariamente a mensuração da pobreza através da desigualdade medida pela renda.

A pobreza, por sua vez, pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. Segundo Hagennars e De Vos (1988), a pobreza absoluta refere-se a ter menos que um mínimo socialmente estabelecido, enquanto a pobreza relativa se refere a ter menos do que os outros na sociedade e a pobreza subjetiva diz respeito ao sentimento de não possuir o suficiente para se relacionar em sociedade. Em termos gerais, basicamente todas as definições de pobreza podem ser incorporadas nessas três categorias, completam Hagennars e De Vos (1988).

A maior parte dos estudos acerca da pobreza utiliza os conceitos de pobreza absoluta e/ou relativa. Algumas problemáticas surgem em relação aos conceitos empregados, por exemplo, a questão de que a preocupação com a pobreza e as desigualdades não se iniciou nos países pobres, mas sim nos países desenvolvidos em um momento de reconstrução do pós-guerra, sendo que a ênfase, neste caso, se restringe ao caráter relativo da pobreza. A partir disso, surgem discussões em torno da natureza do fenômeno da pobreza em países que apresentam diferentes níveis de desenvolvimento. É importante ressaltar que a noção de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominantemente na sociedade em questão, enquanto a pobreza absoluta está fortemente ligada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades ligadas ao mínimo vital. Sendo assim, o uso do mesmo conceito de pobreza adotado pelos países desenvolvidos implica em delimitar um conjunto de

indivíduos relativamente pobres em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2006).

Os estudos com base na pobreza absoluta são crescentes e,

[...] é provável que as questões ligadas à sobrevivência física e associadas à noção de pobreza absoluta tenham sido crescentemente preteridas devido ao fato de que os estudos de pobreza se desenvolveram a partir da problemática dos países ricos. Na prática, a abordagem da pobreza enquanto insuficiência de renda se generalizou, passando a ser adotada nos países mais pobres, onde, ainda hoje, lamentavelmente, indicadores relativos à sobrevivência física ainda são relevantes (ROCHA, 2006, p. 12).

Outra abordagem em relação à pobreza é tratada por Lopes, Macedo e Machado (2004) como medidas de pobreza monetárias e não-monetárias. A linha monetária está associada ao valor monetário necessário para aquisição de uma cesta de alimentos que possua uma quantidade calórica mínima suficiente para a sobrevivência e inclui as chamadas linhas de indigência e pobreza. A linha não-monetária está associada ao bem-estar dos indivíduos, ou seja, ao acesso dos indivíduos a determinados bens considerados imprescindíveis para a inserção dos mesmos na sociedade, tendo como característica principal a universalidade.

São inúmeras as discussões para mensurar a pobreza e os dados a serem levados em consideração. Então, a partir disso, segundo Kageyama e Hoffmann (2006), emergiram os índices multidimensionais de qualidade de vida para estudos sobre a pobreza, devido à necessidade de inclusão de aspectos absolutos e relativos. A partir de vários exemplos americanos e europeus, a abordagem da pobreza multidimensional vem se adaptando e sendo introduzida de maneira a medir a pobreza como um todo.

Os indicadores multidimensionais se tornam necessários para vários âmbitos e, de acordo com Barros, Carvalho e Franco (2006, p. 7), tais indicadores “não são fundamentais apenas para análises mais apuradas da pobreza. Esse tipo de indicador pode ser imprescindível em avaliações de impacto e para a devida focalização de programas sociais”, pois sua característica multilateral é capaz de abranger não só a questão da insuficiência de renda, como tratar também da questão da qualidade de vida e do bem-estar social.

A pobreza tem caráter multifacetado e não pode ser definida através apenas de indicadores monetários de rendimento, pois uma mesma família pode passar por diversos tipos de privação, que podem ser referentes à educação, saúde e padrão de vida. Esse tipo de pobreza é definido como multidimensional, ou seja, é abordada em suas diversas faces, sendo que os indicadores que medem este tipo de pobreza analisam aspectos da educação, saúde e rendimento de maneira diferente. No que se refere ao rendimento, está relacionado mais ao padrão de vida do que ao rendimento monetário em si, analisando itens como acesso à energia elétrica, água potável, saneamento básico, entre outros, e no que se refere à educação, está relacionado ao nível de escolaridade dos membros de uma família, e no que se refere à saúde, está relacionado à má nutrição dos membros familiares (PAULANI; BRAGA, 2012). Além disso, é importante ressaltar que algumas dimensões são inatingíveis mesmo com o crescimento econômico de um país.

POBREZA NO BRASIL

O Brasil é um país com uma grande extensão territorial, o que contribui para a existência de um campo econômico diversificado, no qual cada região possui especificidades tanto referentes às atividades produtivas como culturais. Nesse cenário, a pobreza no Brasil é abordada de maneira diversificada em vários estudos e,

[...] engloba desde análises baseadas na abordagem das *basicneed* – em que são usados indicadores sociais de inadequação em relação a diferentes condições de vida para determinar a subpopulação pobre – até análises que visam identificar os determinantes de baixa renda, a partir da distribuição de rendimentos (ROCHA, 2006, p. 43).

Para uma análise da evolução da pobreza no Brasil ao longo de um período é necessário avaliar dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dessas pesquisas, é possível construir indicadores sociais que determinem o contexto histórico da distribuição dos padrões de vida e de renda das famílias brasileiras (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001).

Durante a década de 1970, no período que ficou conhecido como “milagre econômico”, com o Produto Interno Bruto (PIB) apresentando taxas de crescimento de 8,6% a.a. em termos reais, de acordo com Rocha (2006), observou-se no Brasil um aumento da renda em todas as classes sociais, o que reduziu significativamente os níveis de pobreza absoluta em todas as regiões, independentemente de suas características. Todavia, o rápido crescimento da renda trouxe efeitos concentradores: o aumento na desigualdade de renda. Durante esse período, o Índice de Gini, que mede o nível de concentração de renda, aumentou de 0,56 em 1970 para 0,59 em 1980, ou seja, houve um aumento da desigualdade entre os grupos pobres e não pobres, tendo como característica não só o aumento da desigualdade de renda, mas também regional, na qual as regiões consideradas desenvolvidas foram as mais beneficiadas com a redução da pobreza no país.

Ao realizar uma análise temporal da pobreza no Brasil no período de 1981 a 1999, utilizando como fonte de dados as PNADs, é possível avaliar, segundo dados apresentados por Barros, Henriques e Mendonça (2001), onde apresenta o percentual de indigentes (extremamente pobres) e o percentual de que a intensidade da pobreza manteve um comportamento estável, conforme se pode notar na Tabela 1, com algumas oscilações significativas concentradas nos momentos de implementação dos Planos Cruzado e Real. Isso se explica pela dinâmica macroeconômica do período, que mantinha a estabilidade econômica, o que fez com que o percentual de pobres oscilasse entre 40% e 45% da população. Entretanto em um momento de recessão no início dos anos 80, a pobreza atingiu mais de 50% da população nos anos de 1983 e 1984. Os Planos Cruzado e Real resultaram em uma queda na percentagem de pobres, deixando-a a níveis entre 30% e 35%, respectivamente a partir do ano de 1995 após a implantação do Plano Real (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001). De maneira geral, esses planos ao conseguirem controlar a inflação do período, permitiram a estabilidade dos preços, principalmente no setor de alimentos, o que somado às políticas de valorização do salário mínimo contribuíram para o aumento do poder aquisitivo da população (ROCHA, 2006).

Tabela 1 - Evolução temporal da indigência e da pobreza no Brasil* de 1977 a 1999

Ano	Indigência			Pobreza		
	Percentual de indigentes	Hiato Médio da Renda	Número de Indigentes (Em Milhões)	Percentual de pobres	Hiato Médio da Renda	Número de Pobres (Em Milhões)
1977	17	6,1	17,4	39,6	17,2	407
1978	21,8	10,2	23,2	42,6	21	45,2
1979	23,9	11,6	26	38,8	16,9	42
1981	18,8	7,2	22,1	43,2	19,5	50,7
1982	19,4	7,4	23,4	43,2	19,8	52
1983	25	9,8	30,7	51,1	24,5	62,8
1984	23,6	8,8	29,8	50,5	23,5	63,6
1985	19,3	7,1	25,1	43,6	19,7	56,9
1986	9,8	3,4	13,1	28,2	11,3	37,6
1987	18,5	7,2	25,1	40,9	18,7	55,4
1988	22,1	9,1	30,6	45,3	21,8	62,6
1989	20,7	8,5	29,3	42,9	20,6	60,7
1990	21,4	8,8	30,8	43,8	21,1	63,2
1992	19,3	8,6	27,1	40,8	19,7	57,3
1993	19,5	8,5	27,8	41,7	19,8	59,4
1995	14,6	6	21,6	33,9	15,3	50,2
1996	15	6,6	22,4	33,5	15,6	50,1
1997	14,8	6,3	22,5	33,9	15,4	51,5
1998	14,1	6	21,7	32,8	14,7	50,3
1999	14,5	6,1	22,6	34,1	15,4	53,1

Fonte: Barros, Henriques e Mendonça (2001) a partir das PNADs de 1977 a 1999.

Nota: * As linhas de indigência e pobreza utilizadas foram as da região metropolitana de São Paulo.

Segundo Kageyama e Hoffmann (2006), em 1992, a população brasileira era de 139,7 milhões passando para 173,5 milhões em 2004, sendo que este crescimento se deve ao aumento da população urbana, acompanhado de taxas negativas de crescimento populacional nas áreas rurais. Em 2004, havia 62 milhões de pessoas em condições de pobreza no Brasil, sendo que algumas regiões concentravam mais pobres do que outras e que a região Nordeste e a zona rural foram consideradas as grandes depositárias da pobreza no país.

Uma das características marcantes da pobreza brasileira são as fortes diferenças regionais, dentre as quais o Nordeste é caracterizado como uma região na posição mais desfavorável, aonde o percentual de pobres em 1970 chegou a 87% da população, e 90% na área rural. Porém, como em todo o Brasil, o Nordeste

também passou, e vem passando, por um declínio no nível de pobreza devido ao aumento da renda, apesar de ainda concentrar uma grande parte da proporção de pobres e ser considerado o núcleo da pobreza brasileira, principalmente quando analisada somente no âmbito rural (ROCHA, 2006). As disparidades regionais existentes no Brasil, segundo Oliveira (2008), se dão pelo crescimento da economia brasileira até o final da década de setenta, que ocorreu de maneira desordenada e concentrada geograficamente nas regiões Sudeste e Sul e isso ocasionou um crescimento desigual entre todas as regiões do país.

Em 2011, para implementar programas de combate à pobreza, o governo brasileiro passou a adotar oficialmente as referências de linha de pobreza e linha de extrema pobreza, para que as ações públicas tomadas para enfrentamento da pobreza fossem por meio de um indicador de base monetária. Definiu-se então que indivíduos e famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 são considerados pobres e indivíduos e famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 são considerados extremamente pobres (CAON; MAGALHÃES; MOREIRA, 2012).

Para o enfrentamento da pobreza brasileira, vários programas sociais vêm sendo implantados ao longo dos anos, destacando-se, em âmbito internacional, os programas de transferência de renda. A partir dos anos de 1990, com o intuito de manter a população empobrecida num nível minimamente aceitável, esse tipo de programa começou a ser implementado no Brasil. Surgiram várias propostas para esse tipo de programa social, sendo que algumas não ultrapassaram o nível do debate e outras não concluíram o processo de formulação, ou foram simplesmente rejeitadas. Apesar disto os programas de transferência de renda de iniciativa federal obtiveram grande expansão a partir de 2001, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses tipos de programas, como o Bolsa Família, possibilitam que as famílias beneficiárias tenham acesso à ampliação da renda e tornam obrigatório que as crianças e adolescentes frequentem a escola, elevando o nível de escolaridade dessas famílias (SILVA E SILVA, 2015).

Atualmente observa-se que o debate econômico relacionado à elaboração de políticas de erradicação da pobreza está, segundo IICA (2013, p. 36), “dominado pela discussão da influência relativa, ou combinada, das políticas que favorecem o

crescimento econômico em detrimento daquelas voltadas para a redução da desigualdade”. Ainda segundo IICA (2013), outro fator agravante da pobreza brasileira está relacionado à zona rural, devido à concentração fundiária pela elite, ausência de legislação trabalhista no campo e escassez de serviços básicos, como educação e saúde no meio rural, o que conseqüentemente fez com que a aceitação da pobreza se desenvolvesse neste meio, ou seja, houve uma aceitação, por parte dos pobres, do poder da elite e uma acomodação à situação de pobreza.

No que se refere ao cenário internacional, a posição relativa do Brasil no tocante à distribuição de renda, segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), é razoável, pois ainda que o Brasil não seja um país rico quando contrastado com os países industrializados, no grupo dos países em desenvolvimento ele está, a princípio, entre os que apresentam as melhores condições para enfrentar a pobreza de sua população.

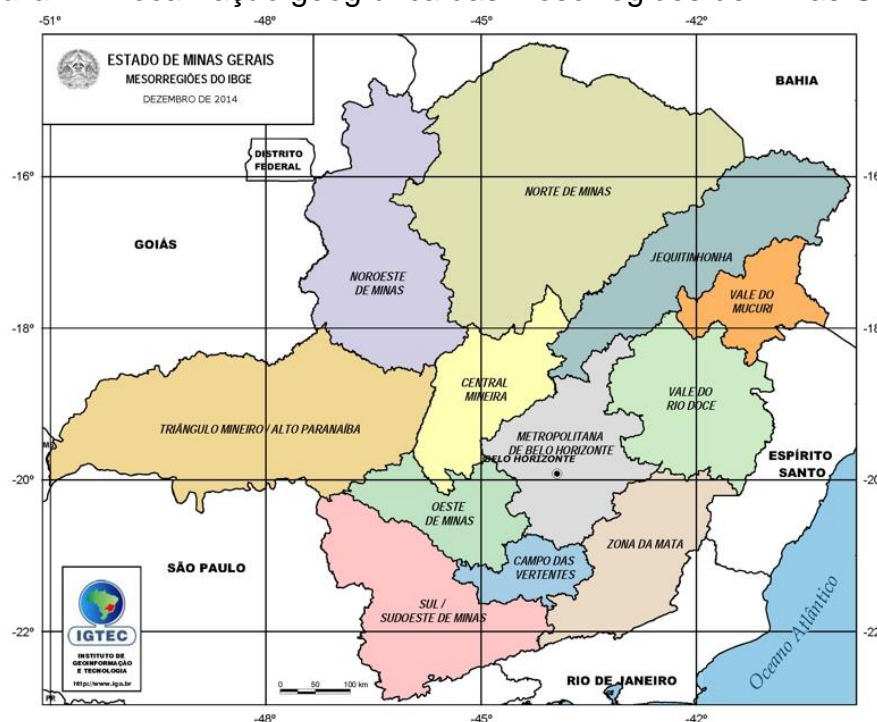
MINAS GERAIS E A POBREZA

Minas Gerais é o quarto maior estado do país, com uma extensão territorial de 586.522,122 km², aproximadamente 7% do território nacional. São 853 municípios subdivididos em 12 mesorregiões: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata, que são representadas na Figura 1.

A economia mineira é caracterizada pela coexistência de três espaços geográficos de desenvolvimento predominantes (MINAS GERAIS, 2011). O primeiro espaço está localizado na parte oeste do território mineiro e tem como principal vetor de desenvolvimento o agronegócio, sendo o Triângulo Mineiro o principal representante, incluindo também as regiões Noroeste e Alto Parnaíba, e parte também do Sul de Minas e Centro-Oeste. O segundo espaço está localizado na parte leste e tem seu desenvolvimento fomentado pela produção de *commodities* industriais, incluindo nesta lógica a região do Rio Doce, Zona da Mata e Central do estado. O terceiro espaço, na qual encontra-se o núcleo da economia mineira, com

destaque para a indústria automotiva e a produção de bens de capital, está localizado nas regiões Central, Centro-Oeste e Sul de Minas (MINAS GERAIS, 2011).

Figura 1 – Localização geográfica das mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: Governo do estado de Minas Gerais⁴.

Além destes três espaços, segundo o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2011-2030), ainda existe um quarto espaço econômico em Minas Gerais, com localização na parte Norte e Nordeste do estado, todavia, este não está integrado em nenhuma das três lógicas anteriores citadas, pois se trata de uma região marcada por uma fraca atividade econômica e pela baixa integração a mercados. Consequentemente, tais localidades, que incluem as regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri e parte das regiões Noroeste e Rio Doce, possuem indicadores socioeconômicos inferiores e distintos das demais do estado.

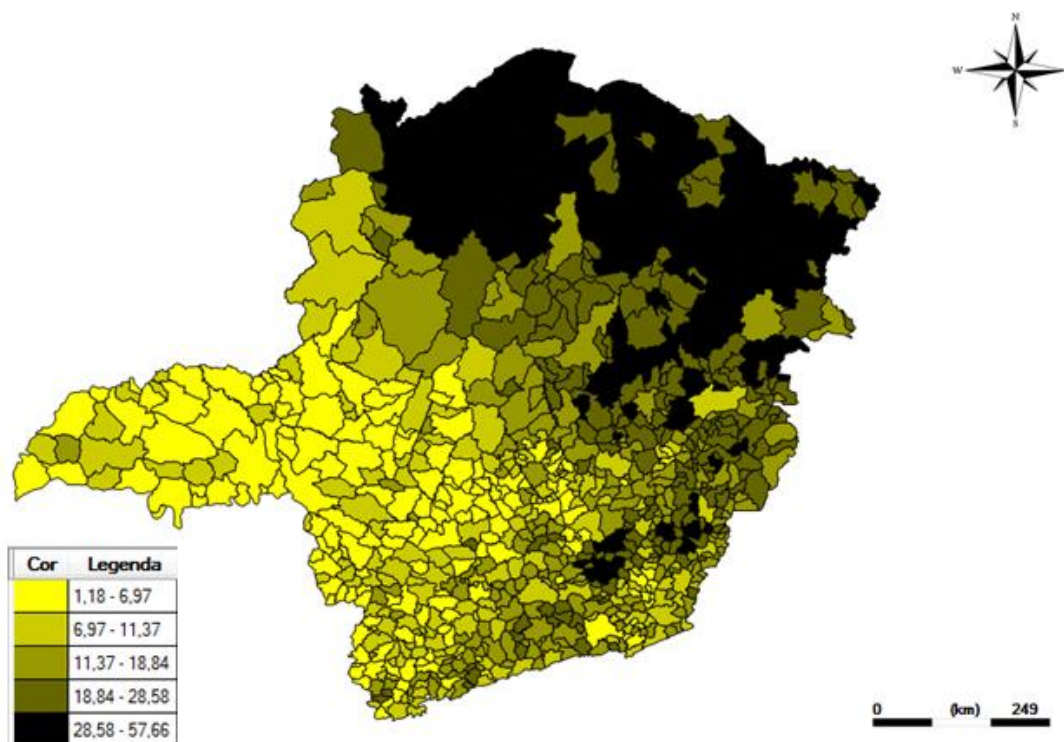
Utilizando os conceitos oficiais definidos pelo governo brasileiro em relação à pobreza, uma parte dos municípios de Minas Gerais encontra-se na linha de

⁴ Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>. Acesso em: 26 maio 2020.

extrema pobreza. Segundo o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (2011-2030), responsável pela materialização da estratégia de longo prazo do governo do estado de Minas Gerais, em 2010 existiam 909.660 indivíduos em situação de extrema pobreza, número que corresponde a 4,64% da população total do estado. A extrema pobreza em Minas Gerais pode ser identificada principalmente na região Norte do estado, historicamente marcadas pelo fraco dinamismo econômico (MINAS GERAIS, 2011).

Segundo Salvato *et al.* (2006), no que diz respeito às disparidades entre as micros e mesorregiões de Minas Gerais, ao analisar indicadores como renda per capita, duas grandes localidades neste contexto, sendo que uma abrange a região norte/nordeste do estado e é caracterizada como uma região pobre e a outro compreende a região sul/sudoeste, caracterizada como uma região em situação econômica favorável. Esses blocos fazem do estado de Minas Gerais um bom representante da desigualdade de renda no Brasil, sendo o norte de Minas semelhante à região nordestina, enquanto a região sul de Minas Gerais é semelhante às regiões mais ricas do país, completam Salvato *et al.* (2006). Isso é demonstrado pela Figura 2, que retrata o percentual da população com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140, ou seja, aqueles indivíduos considerados pobres.

Figura 2 – Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140 no estado de Minas Gerais (2011)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação João Pinheiro⁵ e utilizando o *software* IpeaGeo.

Devido à grande concentração da pobreza em uma parte do estado, em 2002, por meio da Lei Estadual nº 14.171 foi criado o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) com o intuito de intensificar o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades dos vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte do estado em relação às demais regiões do estado. O IDENE foi formado pela absorção da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), tornando-se uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (SEDINOR) (HESPANHOL; PEREIRA, 2015).

⁵ ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

METODOLOGIA E DADOS

O presente artigo tem como objetivo principal realizar um estudo sobre a pobreza na grande região Norte do estado de Minas Gerais, subdividida em 4 mesorregiões, sendo elas: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, e também realizar uma breve análise comparativa com as demais regiões do estado. A escolha da região Norte do estado se deu por sua discrepância socioeconômica em relação às demais regiões de Minas Gerais, ou seja, enquanto as demais regiões estão em crescente avanço econômico, a região norte é conhecida pelo baixo desenvolvimento econômico e tem um cenário marcado pela pobreza, o que torna interessante um estudo sobre os indicadores multidimensionais de pobreza naquela região.

No presente estudo foram utilizadas, com a finalidade de analisar algumas dimensões que estão relacionados à pobreza, tais como variáveis referentes à educação, saneamento básico e renda. O ano tomado como base para a análise foi o de 2010, devido à falta de divulgação de dados mais recentes, sendo que a coleta de dados foi feita através de dados retirados da base *online* da Fundação João Pinheiro (FJP)⁶, obtidos por meio da plataforma do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS e do Atlas do Desenvolvimento Humano⁷.

O IMRS tem como principal fonte de dados os registros administrativos do estado de Minas Gerais e apresenta dados periódicos para todos os municípios do estado, calculados pela Fundação João Pinheiro através de estatísticas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para uma análise da pobreza na região Norte de Minas Gerais é possível considerar diversas variáveis, sendo que este artigo utilizou as apresentadas na Tabela 2.

⁶ Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 9 jan. 2018.

⁷ Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/>. Acesso em 24 jan. 2018.

Tabela 2 – Variáveis utilizadas nesta pesquisa

Variável	Dimensão	Fórmula de cálculo
1) Taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais de idade	Educação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ pessoas analfabetas com 25 anos ou mais}}{\text{N}^\circ \text{ da população com 25 anos ou mais}} \times 100$
2) Taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais de idade por cor	Educação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ pessoas analfabetas (brancas/pretos e pardos) com 25 anos ou mais}}{\text{N}^\circ \text{ da população (brancas/pretos e pardos) com 25 anos ou mais}} \times 100$
3) Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com fundamental completo	Educação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o ensino fundamental}}{\text{N}^\circ \text{ da população com 25 anos ou mais}}$
4) Percentual da população de 25 anos ou mais de idade com ensino médio completo	Educação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio}}{\text{N}^\circ \text{ da população com 25 anos ou mais}}$
5) Percentual da população com domicílios com água encanada e banheiro	Saneamento Básico	$\frac{\text{População que vive em domicílio com água encanada e banheiro}}{\text{N}^\circ \text{ da população total residentes em domicílios}} \times 100$
6) Percentual da população atendida com serviço de esgotamento sanitário (rede)	Saneamento Básico	$\frac{\text{População que vive em domicílios com rede de esgoto ou pluvial}}{\text{N}^\circ \text{ da população total residentes em domicílios}} \times 100$
7) Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à R\$ 140	Renda	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de pessoas com renda domiciliar igual ou inferior a R\$ 140}}{\text{N}^\circ \text{ da população total}} \times 100$
8) Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à R\$ 140 por sexo	Renda	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de pessoas (homem/mulher) com renda domiciliar igual ou inferior a R\$ 140}}{\text{N}^\circ \text{ da população total (homem/mulher)}} \times 100$
9) Taxa de urbanização	-	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de pessoas residentes na área urbana do município}}{\text{População residente total}}$

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)⁸.

⁸ Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

Para elaboração dos indicadores com base nas variáveis constantes na Tabela 2, a grande região Norte de Minas Gerais, que concentra quase 22% do total de municípios do estado, foi subdividida em quatro mesorregiões que a compõem, sendo elas: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, enquanto as demais mesorregiões do estado foram consideradas conjuntamente. O número de municípios de cada mesorregião é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de municípios em cada mesorregião do Norte de Minas e nas demais mesorregiões de Minas Gerais

Mesorregião	Nº de Municípios
Noroeste de Minas	19
Norte de Minas	89
Jequitinhonha	51
Vale do Mucuri	23
Demais mesorregiões	671

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)⁹.

O cálculo de cada indicador analisado nesta pesquisa foi elaborado através da média aritmética de todas as variáveis dos municípios de cada mesorregião. A média aritmética se dá pela divisão da soma de todas as observações pelo número delas, e é representada pela expressão (1):

$$x = \frac{x_1 + x_2 + \dots + x_n}{n} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i \quad (1)$$

Foi utilizado também para a análise da situação de pobreza da região Norte o coeficiente de Gini, que foi coletado na base de dados *online* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IpeaData) e abrange o período de 2011a 2014. O IpeaData apresenta séries históricas de periodicidade mensal, anual e decenal para o Brasil, seus estados e municípios, e têm como fonte de dados os microdados provenientes de pesquisas do IBGE e dos demais ministérios e órgãos do governo.

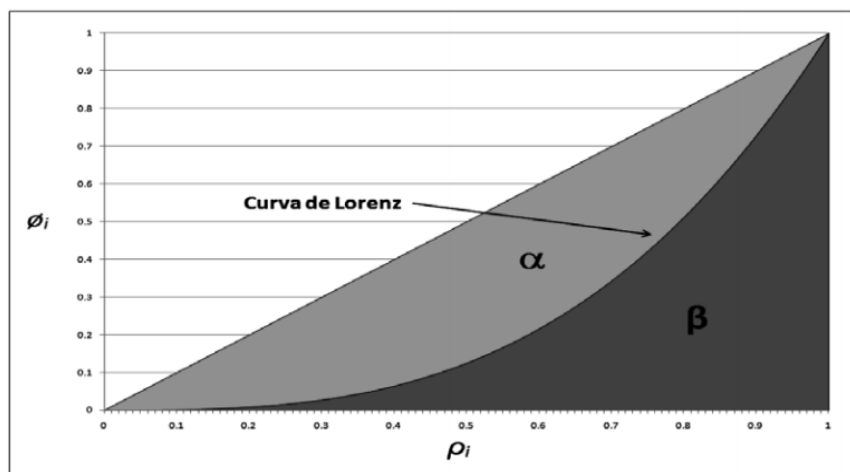
O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade na distribuição de renda domiciliar per capita e seu valor varia teoricamente de 0 a 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. No Brasil ele é calculado pelo IBGE a partir dos dados obtidos na

⁹ Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) e sua construção é baseada na “Curva de Lorenz”, que mostra como a proporção acumulada da renda (\emptyset) varia em função da proporção acumulada da população (p), estando os indivíduos ordenados pelos valores crescentes da renda, representados na Figura 3. O cálculo do coeficiente de Gini é realizado através da fórmula representada pela expressão (2):

$$G = \frac{\alpha}{0,50} = 2\alpha \quad (2)$$

Figura 3 – Representação gráfica da Curva de Lorenz



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)¹⁰.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda que várias variáveis sejam importantes na análise de pobreza de uma região, a desigualdade de renda é um dos fatores a ser considerado, sendo que ele pode ser calculado através do coeficiente de Gini. Conforme os dados da Tabela 4, o Brasil passou por um processo de melhora, ainda que modesto, na desigualdade de renda entre os períodos de 2011 a 2014 e isso pode estar associado ao aumento da renda da população através do programa de transferência de renda Bolsa Família. Segundo dados do Ipea (2018), em 1976 o Brasil possuía um coeficiente de

¹⁰ CEARÁ (Estado). Secretaria do Planejamento e Gestão. Entendendo o Índice de Gini. Disponível em: <https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/docs/entendendo-o-indice-gini.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2018.

Gini igual a 0,623, valor este que evolui, vinte anos depois, para 0,602 e que reduziu para 0,518 em 2014.

A região Sudeste se destaca na economia nacional e é caracterizada pela grande diversidade étnica e cultural. Em relação à desigualdade de renda, segundo a Tabela 4, a região Sudeste do país possui um coeficiente de Gini menor do que o do Brasil, com exceção do Rio de Janeiro que possui o pior índice quando comparado a nível Brasil e demais estados da região Sudeste. Minas Gerais em 2014, segundo dados do Ipea (2018), apresentou o nono melhor coeficiente de Gini do Brasil e o melhor da região Sudeste, ou seja, dentre os demais estados, é o que apresentou menor nível de desigualdade, a saber, 0,485. No entanto, como não há dados desse índice para as mesorregiões do estado de Minas Gerais, não foi possível uma análise para estas mesorregiões.

Tabela 4 – Coeficiente de Gini do Brasil e dos estados da região Sudeste nos anos de 2011 a 2014

Região	Ano			
	2011	2012	2013	2014
Brasil	0,531	0,530	0,527	0,518
Espírito Santo	0,497	0,497	0,494	0,492
Minas Gerais	0,499	0,499	0,489	0,485
Rio de Janeiro	0,533	0,530	0,532	0,525
São Paulo	0,485	0,493	0,494	0,493

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base *online* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018).

No que se refere ao nível de escolaridade, subdivido pela percentagem de analfabetos¹¹, com ensino fundamental completo e com ensino médio completo, dos adultos da região Norte de Minas Gerais, segundo os dados apresentados na Tabela 5 todas as mesorregiões apresentaram níveis de escolaridade considerados baixos, sendo que em o número de analfabetos foi alto. A mesorregião Noroeste de Minas apresentou, em 2010, uma percentagem no nível de escolaridade mais homogênea quando equiparada com as demais mesorregiões, conforme dados apresentados na Tabela 5.

¹¹ São consideradas analfabetas as pessoas que não possuem habilidades de ler ou escrever um bilhete simples em seu idioma.

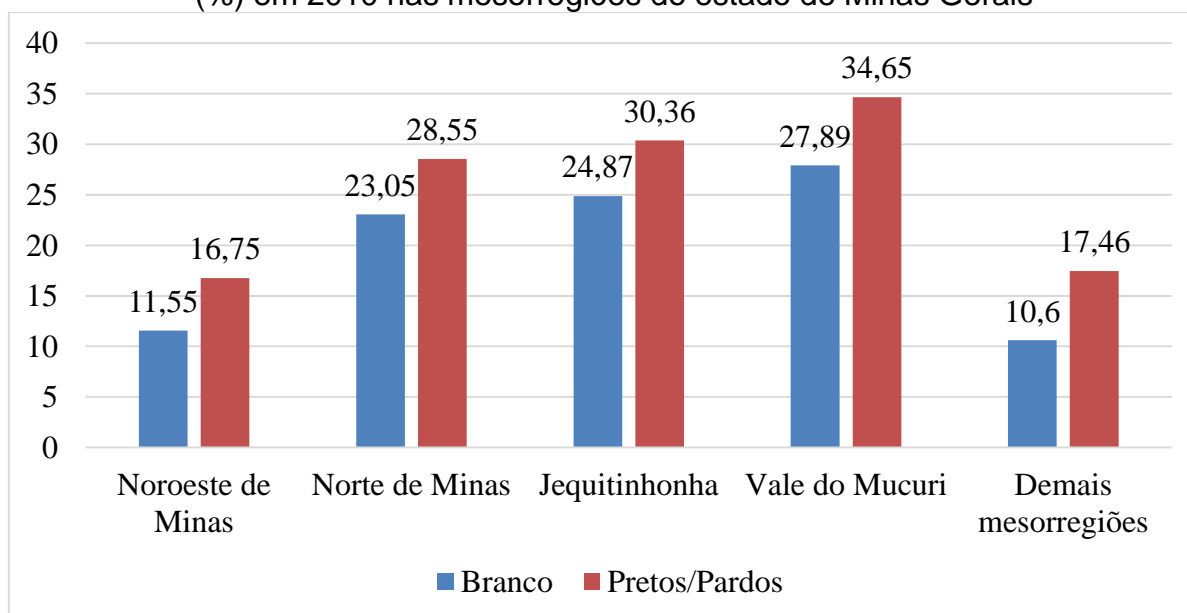
Tabela 5 – Escolaridade dos adultos (com 25 anos ou mais de idade) em 2010 nas mesorregiões do estado de Minas Gerais (%)

Mesorregião	Analfabetos	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo
Noroeste de Minas	15,71	35,30	22,11
Norte de Minas	27,66	26,97	17,17
Jequitinhonha	29,22	24,65	15,89
Vale do Mucuri	33,42	25,32	16,12
Demais mesorregiões	14,10	33,07	21,09

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)¹².

O analfabetismo é um fator preocupante que vêm sendo enfrentado no Brasil através da ampliação do ensino para jovens e adultos, todavia, um outro fator deve ser levado em consideração ao analisar o analfabetismo, sendo ele a desigualdade ainda existente entre brancos e pretos/pardo. Como pode-se observar no Gráfico 1, em todas as mesorregiões existe uma disparidade na taxa de analfabetismo entre brancos e pretos/pardos na qual essa taxa é maior para a população de pretos/pardos.

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo da população adulta (25 anos ou mais) por cor (%) em 2010 nas mesorregiões do estado de Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)¹³.

¹² Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

Indicadores relacionados ao saneamento básico estão apresentados na Tabela 6 e se constituem das seguintes variáveis: percentual da população em domicílios com água encanada e banheiro e percentual da população que é atendida com serviço de esgotamento sanitário. Apesar de o percentual de domicílios com água encanada e banheiro ter sido superior a 70%, em 2010 é considerado baixo, devido ao fato de ser uma classificação de necessidade básica que deveria atingir 100% da população. Quanto ao esgotamento sanitário, esse número foi ainda mais preocupante em todas as mesorregiões, sendo o pior índice observado na mesorregião Norte de Minas, com uma abrangência de apenas 11,87% da população (Tabela 6). Todas as mesorregiões do Norte de Minas apresentaram uma média menor do que a das demais mesorregiões do estado.

Tabela 6 – Percentual da população em domicílios com água encanada, banheiro e serviço de esgotamento sanitário em 2010, nas mesorregiões do estado de Minas Gerais

Mesorregião	Água encanada e Banheiro	Rede de esgotamento sanitário
Noroeste de Minas	92,84	44,44
Norte de Minas	73,07	11,87
Jequitinhonha	78,00	43,07
Vale do Mucuri	77,09	45,76
Demais mesorregiões	95,99	61,51

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)¹⁴.

A Tabela 7 apresenta o percentual da população com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140, e segundo esta, a mesorregião do Noroeste de Minas apresentou em 2010 um índice muito inferior ao das demais mesorregiões, a saber, 15,49%, metade do percentual observado na região do Norte de Minas (33,79%).

Tabela 7 – Percentual da população com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140 em 2010 (%) nas mesorregiões do estado de Minas Gerais

Mesorregião	%
Noroeste de Minas	15,49
Norte de Minas	33,79
Jequitinhonha	32,18
Vale do Mucuri	34,14

¹³ Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

¹⁴ Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

Demais mesorregiões

13,86

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)¹⁵.

A renda é uma das variáveis mais utilizadas para estudos relacionados à pobreza e é o ponto inicial para a criação de políticas de enfrentamento pelo governo. As taxas apresentadas na Tabela 7 retratam mais um cenário preocupante no Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, pois foram taxas superiores à do Brasil e de qualquer estado da região Sudeste do país no ano de 2010, como apresentado na Tabela 8. Nota-se, também, que não há uma discrepância entre homens e mulheres, ou seja, as taxas não variaram muito.

Tabela 8 – Percentual da população de estados da região Sudeste e do Brasil com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140 em 2010 (%) – por sexo

Região	% da população		
	Geral	Homem	Mulher
Minas Gerais	10,97	10,83	11,11
Espírito Santo	9,53	9,39	9,66
Rio de Janeiro	7,23	7,07	7,37
São Paulo	4,66	4,51	4,80
Brasil	15,20	15,31	15,10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados Atlas do Desenvolvimento Humano¹⁶.

A pobreza está ligada também à questão da urbanização, na qual a população residente na área rural é considerada mais vulnerável à pobreza, sendo que alguns resultados já citados neste estudo podem estar diretamente relacionados a esta questão, como por exemplo, a dificuldade de acesso à escola, resultando em baixas taxas de escolaridade, falta de água encanada e serviço de esgotamento sanitário que normalmente não é realizado na área rural.

Na Tabela 9 é apresentada a taxa de urbanização do ano de 2014 nas regiões mineiras estudadas. Neste ano a mesorregião do Norte de Minas apresentou uma taxa de 58,29%, ou seja, 41,71% de sua população reside na área rural, enquanto a média das demais mesorregiões do estado foi de 73,72%.

¹⁵ Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

¹⁶ Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/>. Acesso em 24 jan. 2018.

Tabela 9 – Taxa de urbanização no ano de 2014 nas mesorregiões do estado de Minas Gerais

Mesorregião	%
Noroeste de Minas	74,23
Norte de Minas	58,29
Jequitinhonha	62,61
Vale do Mucuri	60,17
Demais mesorregiões	73,72

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)¹⁷.

Ao analisarmos todos os resultados em conjunto, nota-se que o Noroeste de Minas apresenta índices melhores quando comparado com as demais mesorregiões da região Norte e, segundo Jesus *et al.* (2011), o desempenho socioeconômico do Noroeste de Minas é caracterizado por duas classes distintas, onde um conjunto de municípios é caracterizado por baixos indicadores sociais e o outro está em uma situação um pouco melhor. Com uma forte presença da agricultura empresarial, da pecuária e da agricultura familiar, o Noroeste de Minas é marcado pela diversidade, o que não permite consolidar apenas uma identidade, contendo muitos municípios com características sobrepostas, completa Jesus *et al.* (2011). Então, pode-se dizer que seus indicadores melhores se devem ao contexto econômico no qual esta região está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza está relacionada a algum tipo de privação, podendo esta ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. É possível afirmar que todas as definições de pobreza podem ser incorporadas nestas três categorias, pois a pobreza absoluta refere-se a ter menos que um mínimo socialmente aceito, a pobreza relativa refere-se a ter menos do que os outros na sociedade e a pobreza subjetiva refere-se ao sentimento de não possuir o suficiente para se relacionar em sociedade (HAGENNARS; DE VOS, 1988).

Levando em consideração a importância dos conceitos de pobreza relativa, absoluta e subjetiva torna-se imprescindível, para a mensuração e análise da pobreza na região Norte do estado de Minas Gerais, mais pobre do estado, a

¹⁷ Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

utilização do conceito de multidimensionalidade, ou seja, aquele que inclui aspectos absolutos e relativos relacionados à pobreza. A partir disso, foram avaliados, nesta pesquisa, indicadores considerados importantes que remetem à qualidade de vida e bem-estar social, como educação, saneamento básico e renda.

Quando analisado o fator educação, nota-se que o nível de escolaridade de todas as mesorregiões que compõem o grande Norte do estado foi baixo em 2010 acompanhado de taxas altas de analfabetismo. Entre as mesorregiões da região Norte, a Noroeste de Minas é a que apresenta um melhor índice, que ainda é baixo se comparado à média do estado. A maior taxa de analfabetismo em 2010 foi encontrada no Vale do Mucuri, com uma média de 33,42% da população adulta sendo classificada como analfabeta. O percentual de pessoas que concluíram o ensino fundamental não variou grandemente em 2010, porém, em todas as mesorregiões, é considerada baixa. Quando se avalia o percentual de pessoas que concluíram o ensino médio, esse índice torna-se ainda pior, sendo o Jequitinhonha a mesorregião que apresenta o pior índice, com aproximadamente apenas 16% da população tendo concluído tal nível de escolaridade.

Outro fator importante analisado foi o saneamento básico, crucial para o bem-estar social de qualquer família. A primeira variável analisada foi o percentual da população residente em domicílios com água encanada e banheiro, sendo que novamente o Noroeste de Minas apresentou um índice melhor em 2010, enquanto as demais mesorregiões apresentaram índices entre 70% e 80%, considerado baixo por ser um item de necessidade básica que deveria atingir 100% da população. Quando se examina o percentual de pessoas atendidas com o serviço de esgotamento sanitário na região Norte do estado, esses dados tornam-se ainda piores, com nenhuma das mesorregiões apresentando percentual maior do que 50%, ou seja, nem metade da população é beneficiada com o serviço de esgotamento sanitário. Dentre todas as mesorregiões analisadas, a do Norte de Minas foi a em situação mais preocupante em 2010, onde pouco mais de 10% foi atendida pelo serviço de esgoto sanitário.

Por último, foi analisado o fator renda utilizando como parâmetro o percentual da população que se encontra abaixo da linha de pobreza estipulada pelo governo federal, ou seja, o percentual da população com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140. Neste aspecto, notou-se que, com exceção do Noroeste de Minas, todas as

mesorregiões do Norte de Minas apresentaram, em 2010, em média mais de 30% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. E isso foi o fator mais agravante do Norte de Minas Gerais quando comparado com as demais mesorregiões do estado, com os estados da região Sudeste e com o Brasil.

A partir dos indicadores analisados fica explícito uma situação bastante preocupante nas mesorregiões da região Norte de Minas Gerais, pois esses indicadores são de suma importância para o desenvolvimento econômico e social de qualquer região, sendo que a situação enfrentada por esta região é ressaltada pelo próprio governo ao afirmar, na revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que a pobreza persiste nessa região do estado, historicamente é marcada pelo fraco dinamismo econômico, cujos resultados são notáveis nos indicadores sociais.

Através dos dados analisados nesta pesquisa tornou-se evidente a situação de pobreza na qual está inserida a região Norte do estado de Minas Gerais, todavia, outros fatores devem ser analisados e levados em consideração para a elaboração de políticas de desenvolvimento econômico e combate à pobreza naquela região, como trabalho infantil, taxa de desemprego, acesso à escola, entre outros. Para Oliveira (2008) é de suma importância para o avanço de regiões pouco desenvolvidas, o desenvolvimento de atividades interdependentes entre as regiões atrasadas e desenvolvidas, entre outras políticas.

Após esse estudo pode-se observar, a partir da análise dos dados de cada mesorregião estudada, que a grande região Norte de Minas Gerais possui indicadores baixos e preocupantes, pois foram analisados índices imprescindíveis que garantem um nível de qualidade de vida básico para qualquer indivíduo. De forma geral, nota-se que esse nível básico não é garantido para uma grande parte daquela população, de acordo com os conceitos utilizados nessa pesquisa.

A partir disso, tornou-se evidente a situação socioeconômica da região estudada, que apresenta índices altos de pobreza. Além das variáveis consideradas nesta pesquisa, outras associadas à pobreza podem ser estudadas de forma mais minuciosa em estudos futuros. Todavia, este artigo apresenta algumas limitações por ter usado como referência dados do ano de 2010, até então o mais recente

divulgado pela Fundação João Pinheiro¹⁸. Isto porque estes dados podem ter sofrido alterações desde 2010 que não foram expressas neste trabalho. Outra limitação é referente à conceituação de pobreza, devido a sua complexidade para mensuração e os inúmeros fatores que podem estar relacionados a ela.

Para pesquisas futuras, pode-se tomar como objeto de estudo uma análise de dependência espacial na região Norte do estado de Minas Gerais e identificar seus principais agravantes.

POVERTY IN THE STATE OF MINAS GERAIS: AN ANALYSIS OF THE NORTH REGION

ABSTRACT: *The objective of this study is to analyze poverty in the northern region of the state of Minas Gerais, subdivided into four mesoregions, being the Northwest of Minas, North of Minas, Jequitinhonha and Vale do Mucuri, because although the state presents high rates of development economic situation compared to the other states of the country, its macro region north presents high rates of poverty. In addition, this research also seeks to identify the main aggravators in that region, using the platform of the Index of Social Responsibility (IMRS) of the João Pinheiro Foundation (FJP) as the main source of data. For a better analysis, data on education, basic sanitation and income were surveyed, in order to identify the percentage of municipalities in each mesoregion that are in a worrisome situation regarding the level of poverty. From this, as expected, a high level of poverty was found in the Northern region of Minas Gerais, where basic survival items such as sanitary sewage, bathrooms, schooling, among others. In this way, it was evident that the region is not met with the basic, thus hindering its socioeconomic development.*

KEYWORDS: *Multidimensional poverty. North of Minas. Poverty in Minas Gerais. Inequality. Basic needs.*

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para discussão nº 800**, IPEA, 2001. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

¹⁸ Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2000.

CAON, A. R. V.; MAGALHÃES, M. R. A.; MOREIRA, M. C. R. Situação da pobreza em Minas Gerais. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte, n. 44, p. 22-42, 2012.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, Madison, WI, v. 23, n. 2, p. 211-221, 1988.

HESPANHOL, A. N.; PEREIRA, C. S. Região e Regionalizações no estado de Minas Gerais e suas vinculações com as políticas públicas. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 22, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 9 jan. 2018.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA [IICA]. **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 19).

JESUS, C. M. *et al.* **Relatório Analítico do Território Rural Noroeste de Minas**. Uberlândia: Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambú. **Anais [...]**, Caxambú: ABEP, 2004.

MINAS GERAIS (Estado). **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado: PMDI 2011-2030**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/pmdi/pmdi/2011/documentos/pmdi_2011_2030.pdf. Acesso em: 01. jun. 2020.

OLIVEIRA, J. C. Análise do crescimento econômico e das desigualdades regionais no Brasil. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, v. 28, p. 5-26, 2008.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

ROMERO, J. A. R. Análise espacial da pobreza municipal no estado de Minas Gerais 1991-2000. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 15., Caxambú. **Anais** [...], Caxambú: ABEP, 2006.

SALVATO, M. A. *et al.* Disparidades Regionais em Minas Gerais. *In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA*, 14., Diamantina. **Anais** [...], Diamantina, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA E SILVA, M. O.; A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 7, n. 2, p. 233-254, 2015.